

Por Adriana Lampert

Principal fator de risco na agricultura, as intempéries climáticas respondem pela grande quantidade de perdas nas lavouras nacionais, e também pelo receio das seguradoras brasileiras de entrarem neste nicho de negócio. De acordo com a advogada especialista em seguros Laura Emília Dias Neves, apenas 10% da área plantada no País tem algum tipo de garantia do gênero e há vasto espaço no mercado para o desenvolvimento do segmento em nível nacional, contanto que corretores se especializem na dinâmica e conheçam bem os processos do agronegócio. “Tem muito trabalho para ser feito, mas é preciso que haja qualidade na execução”, concorda o diretor do Sindicato das Seguradoras do Rio Grande do Sul (Sindseg-RS), Alberto Müller. A entidade reúne cerca de 30 seguradoras no Estado, dentre uma centena de empresas brasileiras que atuam no setor. Poucas destas já oferecem seguro agrícola, garante o dirigente, lembrando que a maioria está envolvida com produtos mais convencionais.

“Também as operadoras de seguros no Brasil, ligadas aos resseguradores internacionais (com grande experiência no segmento agrícola) são incipientes nesta área”, afirma Müller. Diretora executiva da operadora Agrobrazil – focada exclusivamente nesta área – Laura palestrou na sede da entidade ontem pela manhã, em evento promovido pelo Sindseg-RS, sobre barreiras e possibilidades de desenvolvimento deste nicho de mercado no País. “Estamos falando de uma indústria que representa 30% do PIB brasileiro”, lembrou a especialista, referindo-se ao agronegócio.

Implementado em 1997 em solo nacional, o seguro agrícola é um subproduto do seguro rural, garantido pela Constituição Federal. Cobre riscos de patrimônio de produtores rurais, a exemplo de perdas de quantidade e de qualidade causadas pelo granizo no caso de frutas e hortaliças, por exemplo. Também assegura o crédito, riscos de danos nas lavouras, ou de vida e invalidez, no caso da mão de obra do setor, além de garantir receita (preços de mercado) ao produtor. “É o agricultor quem vai apontar o que causa a maior perda em seu negócio, mas o corretor de seguros deve ser especializado, para saber avaliar estes dados, mensurar os riscos, e ter noção do que é mesmo segurável ou não”, destacou Laura, lembrando que este é o desafio das operadoras do segmento. “É preciso especialização e foco, para saber eleger onde vai ser utilizado o dinheiro.”

De acordo com a palestrante, o “braço” das seguradoras no campo deve ser um profissional que entenda de agronegócio e tenha discernimento para passar as informações para as seguradoras. “É um trabalho complexo, porque ainda exige longos deslocamentos até as lavouras”, ressaltou a especialista, lembrando que a tarefa exige ainda uma boa estrutura para ser executada. Além dos custos administrativos e operacionais, outras barreiras para o desenvolvimento do seguro agrícola são a baixa cultura de seguros no País – agravada com o histórico de socorro público e paternalismo do governo – e a ausência de estatísticas confiáveis no Brasil.

“Atualmente, para grandes riscos, como seca, as operadoras de seguro agrícola precisam se basear em números paralelos, com dados de países como a Argentina, a Austrália, a Nova Zelândia, que têm bancos de dados robustos”, explica Laura. Segundo ela, esta ferramenta também precisa ser construída no Brasil, para dar melhor base de informações aos seguradores.

Fonte: [Jornal do Comércio POA](#), em 23.10.2014.